



Reflexões teóricas da agroindústria como agente modernizante/excludente na destruição da sociobiodiversidade do Cerrado goiano

Bruno Augusto de Souza ¹

RESUMO:

Este trabalho aborda as questões relativas à alteração drástica do Cerrado goiano realizada pela agroindústria na segunda metade do século XX, especialmente na década de 1960. Em tal alteração, ocorreu a destruição não só dos ambientes naturais, mas também dos aspectos socioculturais das populações tradicionais. A nova etapa na produção agrícola, juntamente com a indústria, reformulou a inserção da agricultura no padrão de acumulação, por meio de um processo de modernização com ênfase na diversificação e aumento da produção conforme os “padrões” industriais e da necessária elevação das exportações primárias e agroindustriais. Como se encontra em fase inicial de desenvolvimento, utilizamos revisão bibliográfica para compor esse trabalho. O método utilizado foi o dialético para contrapor o discurso positivo abarcado nas grandes mídias com a realidade territorializada nas áreas rurais goianas, com reflexo nas áreas urbanas. Para este trabalho utilizamos as categorias espaço e território como principais.

Palavras-Chave: Sociobiodiversidade; Cerrado goiano; modernização.

¹ Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: b.a.desouza@hotmail.com

Este trabalho tem como tema principal “as consequências negativas que a modernização realizou no Cerrado” com foco no estado de Goiás e faz parte do projeto “Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado” financiado pela CAPES. Para dialogarmos, utilizamos o método dialético para contrapor o discurso positivo da modernização da agricultura presente na mídia com a realidade imposta nas áreas rurais goianas, com reflexo nas áreas urbanas.

Nossa perspectiva de abordagem está além da consideração do Cerrado somente como bioma, mas também na conceituação de como a ocupação historicamente constituída, o seu uso, a dimensão cultural, a ação dos atores e sujeitos, a diferenciação dos lugares (Chaveiro 2013), foi destruindo as comunidades tradicionais que dependiam do Cerrado como sustento e como local de moradia.

O marco histórico do processo de modernização da agricultura brasileira foi a década de 1960, especialmente em sua segunda metade, definindo um novo padrão de produção agrícola e intensificação das relações agricultura/indústria, caracterizando também significativas alterações nas relações sociais (Mazzali 2000).

É interessante perceber que já nos dados de contagem da população de 1970 no Brasil, tivemos a inversão populacional entre o campo e a cidade (Tabela 01), aumentando o chamado êxodo rural, quando grande parte da população sai – ou muitas vezes é expulsa – do campo e busca melhores condições de vida nas cidades.

Essa expulsão do campo pode se atribuir ao cercamento das pequenas propriedades rurais por grandes latifúndios, alterando a lógica de produção em determinada região.

Tabela 01. População rural e urbana no Brasil e no estado de Goiás: 1950-2010

		1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007
	Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
	Total	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Goiás	Rural	791.510	1.084.907	1.325.765	1.056.254	771.443	605.779	583.074
	Urbana	219.370	541.469	1.134.242	2.172.965	3.241.119	4.390.660	5.420.714
	Total	1.010.880	1.626.376	2.460.007	3.229.219	4.012.562	4.996.439	6.003.788

Fonte: IBGE (2017)

Organização: Bruno Augusto de Souza (2017)

Analisamos também uma questão emblemática, no ano de 1950, a população rural do Brasil era de pouco mais de 33 milhões de habitantes, sendo que no ano de 2010, a população rural era de

quase 30 milhões de habitantes, uma queda considerável se compararmos que a população total subiu de mais de 50 milhões para quase 200 milhões em pouco mais de meio século². Compreendemos assim que mais de 80% da população vive em cidades no Brasil atualmente.

A nova etapa na produção agrícola, juntamente com a indústria, em meados da década de 1960, reformulou a inserção da agricultura no padrão de acumulação, por meio de um processo de modernização com ênfase: na diversificação e aumento da produção conforme os “padrões” industriais e da necessária elevação das exportações primárias e agroindustriais; e também, na transformação da base técnica da agricultura brasileira, consolidando o complexo agroindustrial (Mazzali 2000).

Com a utilização de máquinas agrícolas para o plantio e colheita de culturas, utilização de adubos diferenciados, agrotóxicos, sementes e outros componentes “modernos”, fez com que se excluísse de tal modernização os pequenos produtores, pois, muitos desses elementos possuíam (em) preço elevado. A respeito de tal afirmação, Pires and Ramos (2009, p. 417) citam que “[...] a transformação capitalista da unidade de exploração agrícola não aconteceu de forma homogênea entre os produtores rurais, causando, assim, uma forte expulsão do homem do campo para os principais centros urbanos nacionais”.

A necessidade de implantar tal alteração técnica na agricultura, fez com que o Estado aparecesse como agente principal por meio de financiamentos a juros baixos. Para explicar essa afirmação, nos apoiamos em Graziano da Silva (1998, p. 78, grifo do autor), que menciona:

O Estado torna-se assim o “capitalista financeiro” por excelência, o planejador global que dá condições privilegiadas a alguns setores em termos de créditos, financiamento, preços, administração das margens, de modo a possibilitar a cada um dos agentes econômicos da cadeia – ainda que não integrados pelos mesmos capitais – a obtenção de uma taxa média de lucro.

Além da afirmação de Graziano da Silva (1998), também apoiamos em Sorj (2008, p. 94) que reforça o apoio do Estado no processo de modernização da agricultura no Brasil:

Embora o processo de modernização da agricultura se tenha dado já em certas áreas com maior renda diferencial e níveis de acumulação desde antes de 1964, foi necessária a intervenção maciça do Estado para quebrar o antigo padrão de expansão agrícola, fundado no uso extensivo de terra e força de trabalho, para viabilizar a transformação das forças produtivas

² O Brasil já está com mais de 200 milhões de habitantes atualmente (ano de 2017). Criamos a tabela com dados censitários do IBGE, publicados com periodicidade de 10 anos. A escolha de tais dados é a divisão entre população rural e urbana. Na data de criação desse trabalho, a população brasileira estimada estava em mais de 207 milhões de habitantes.

Bruno Augusto de Souza

na agricultura brasileira. Se a pequena e média propriedade não era capaz de gerar o excedente necessário para se capitalizar e ter acesso a uma tecnologia mais avançada, para a grande propriedade era mais lucrativo o uso extensivo da terra com força de trabalho barata.

Essa alteração - propiciada por financiamentos - visava em sua essência, tornar a agricultura menos dependente de recursos naturais conforme se incorporava insumos e bens de capital gerados em um setor específico da indústria (Mazzali 2000). De acordo com Chaveiro (2013, p. 27):

[...] a definição dos pactos entre corporações, atores, sujeitos tem a presença forte do Estado. Assim, as relações entre as classes sociais e as suas diferentes estratégias de apropriação do Cerrado em cada lugar, têm, geralmente, a finalidade economicista. Destaca-se que é assim que ocorre com a apropriação dos componentes naturais do Cerrado, sejam eles o solo, a água, o relevo, as espécies da flora e fauna etc.

A respeito da localização de Goiás, Chaveiro (2013, p. 28) afirma que:

A inserção dos lugares no bojo da economia nacional e internacional, atravessada pela divisão territorial do trabalho, exige considerar, também, o critério estratégico do Sertão brasileiro ou da posição de centralidade do Estado de Goiás. Isso porque a participação do Estado brasileiro pela via da política territorial, por exemplo, na construção de Goiânia, Brasília e Palmas (TO), o pacto entre as elites locais e agentes do Estado nacional, a importância das fronteiras com o norte do país servindo de zona de passagem para a colonização da chamada região amazônica; o papel do relevo que facilitou a atividade mecânica no começo da denominada “modernização da agricultura”; a potencialidade hídrica e hidrográfica que atualmente exerce muita importância no desenvolvimento do agronegócio e outras dimensões exercem um papel ativo na estrutura dos municípios, na estrutura da propriedade fundiária, na distribuição da renda etc.

Com os fatos citados anteriormente, temos a alteração significativa do território goiano, não só do ponto de vista ambiental, mas também cultural. De acordo com Oliveira et al. (2009, p. 229):

Isso transformou a relação da população goiana com o seu território, com seus lugares, gerando uma produção diferenciada dos espaços geográficos por todo o estado. Tais mudanças são reflexos do atual modelo econômico adotado pelos governos goianos, que privilegiam a modernização e a mercantilização de tudo – principalmente se for para destinar ao mercado global –, o que tem influenciado o desenvolvimento urbano de Goiás.

Dessa forma, se torna imprescindível a abordagem territorial do Cerrado em sua totalidade, considerando os aspectos ambientais e sociais, para assim compreender o ponto de vista integral da drástica alteração com que suas populações locais perpassaram e perpassam.

Bruno Augusto de Souza

As categorias geográficas são utilizadas no processo de construção da pesquisa para explicar o que acontece no “mundo real”³. Há algumas categorias fundamentais na Geografia. Para este trabalho, utilizamos as categorias espaço e território como principais.

No contexto das análises geográficas, de acordo com Cavalcanti (2006, p. 30-31), “[...] o espaço geográfico é concebido, construído intelectualmente como um produto social e histórico, que se constitui em ferramenta que permite analisar a realidade em sua dimensão material e em sua representação”.

Para a Geografia é importante não só descrever determinado espaço geográfico, mas também contextualizar a localização do objeto de estudo, o porquê determinado fenômeno ocorre, e o que está por trás disso.

Na perspectiva de que o espaço antecede o território, nos apoiamos em Raffestin (1993, p. 143, grifo do autor), que afirma:

[...] O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

O espaço é como uma matéria-prima na condição de que ao utilizá-lo, os atores criam práticas diversas para os espaços em questão, sendo o território uma produção a partir do espaço. Essa produção se apoia em relações que envolvem campos de poder (Raffestin 1993; Souza 2000; Cavalcanti 2006). Além do político, também estão contempladas nas relações de poder: a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades, etc.) e a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) (Souza 2013).

De acordo com Haesbaert (2010, p. 166):

[...] assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua extensão e coexistência/simultaneidade (incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza), o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial [...], n-as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas.

³ De acordo com Lefebvre (1983, p. 170), “[...] o real se apresenta como: móvel, múltiplo, diverso, contraditório”.

Bruno Augusto de Souza

Para dialogar a respeito das alterações realizadas no espaço geográfico, o conceito que utilizamos neste trabalho é o de que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações de Santos (2009). A escolha desse conceito justifica nossa abordagem dialética por conta da contradição estabelecida na alteração desse espaço em prol de agentes privilegiados estrategicamente nas relações de poder, e que os objetos não estão isolados no espaço.

Kosik (1976, p. 20, grifo do autor) afirma que:

[...] A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações.

A configuração de um território se estabelecerá de acordo com interesses mais ou menos perceptíveis em determinado espaço, pois mesmo que se exerça o poder a longas distâncias por meio das modernas tecnologias de informação, os alvos sempre estarão alocados a um espaço (Souza 2013).

Por se encontrar em fase inicial, este trabalho utiliza como metodologia a revisão bibliográfica de conceitos e métodos essenciais que constituirão o desenvolvimento da pesquisa.

No tocante à alteração do território goiano para aumento de sua produtividade, Oliveira et al. (2009, p. 228, grifos dos autores) afirmam:

A terra, que até então era considerada “de baixa produtividade”, com os incrementos técnico-científicos (calcário, máquinas agrícolas de últimas gerações, pivôs, etc) se transformaram em terra de primeira e, conseqüentemente, um “paraíso” para a implantação do agronegócio (grandes plantações de grãos e, mais recentemente, da cana-de-açúcar). Ressalta-se ainda os subsídios e as facilidades propiciadas pelos governos estadual e federal, em especial a partir da segunda metade do séc. XX, através de linhas de créditos específicas, incentivos fiscais, infra-estruturas, dentre outros.

O Estado como agente principal, as empresas, as grandes corporações, os latifundiários, os agentes do agronegócio, os usineiros, dentre outros, foram os principais agentes na drástica alteração do território goiano (Chaveiro 2013), especialmente na segunda metade do século XX.

De acordo com Oliveira et al. (2009, p. 228):

Bruno Augusto de Souza

[...] As cidades passaram a ser lócus principal desta ocupação e a antiga paisagem do cerrado foi se modificando e se transformando, predominantemente, em grandes plantações e em empresas agropecuárias. O que era rural tornou-se agrícola em um curto intervalo de tempo.

A natureza “selvagem” era formada por objetos naturais, que foram substituídos por objetos fabricados, técnicos, mecanizados e, posteriormente, cibernéticos, construindo algo como uma natureza artificial, uma natureza-máquina. Citamos como exemplo: usinas hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, rodovias, ferrovias, cidades (Santos 2009). É interessante destacar que os exemplos citados realizam uma tecnificação da natureza, com aspectos positivos e negativos.

Os aspectos positivos se dão nas facilidades que a energia elétrica, a diversidade de produtos industrializados de fábricas e fazendas, e a rapidez da logística presente nas cidades contribuem no cotidiano das pessoas.

Já os aspectos negativos são inúmeros e mais “avassaladores”. Para a construção de usinas hidrelétricas há a expulsão de povos tradicionais, perdendo suas terras e moradias por conta dos alagamentos de grande volume de água represada. Essa desterritorialização⁴ é forçada, dizimando os aspectos socioeconômicos e culturais de várias populações tradicionais, que sobreviveram ao longo de séculos sem a necessidade da acumulação exacerbada.

As fábricas realizam monopólios na geração de renda nas cidades, assim como no regime de horas trabalhadas. Grande parte dos empregos presentes em fábricas no Brasil possui baixa remuneração, assim como jornadas de trabalho exaustivas, com trabalho braçal e repetitivo. A população, muitas vezes, fica a mercê dessas fábricas.

Nas fazendas modernas os aspectos negativos também são inúmeros. A primeira explicação é a concentração de terras que perdura no Brasil, depois temos - a partir da década de 1960 - a modernização da agricultura que concentrou ainda mais as terras. Essa modernização foi amparada pelo Estado que, por meio de financiamentos, subsidiou a tecnificação das fazendas, mas a um custo elevado, visto que as sementes geneticamente modificadas, os tratores, colheitadeiras, agrotóxicos etc. possuíam (em) um valor alto, sendo que somente os grandes produtores rurais, conseguiam (em) captar o dinheiro dos altos financiamentos, com um agravante, esses financiamentos visam (vam) culturas para exportação, fazendo com que o mercado interno se torne abastecido em grande parte pelas pequenas e

⁴ De acordo com Souza (2013, p. 101, grifos do autor): “[...] Um tal processo **pode**, sem a menor sombra de dúvida, ter a ver com experiências culturais e identitariamente importantes e, no caso da desterritorialização, até mesmo traumáticas, na esteira do desenraizamento de indivíduos e de grupos sociais inteiros; e **pode** também implicar a privação do acesso a recursos e riquezas (na verdade, isso é uma consequência muitíssimo comum de qualquer desterritorialização)”.

Bruno Augusto de Souza

médias propriedades rurais, propriedades que não possuem grandes incentivos para melhorar de forma substancial suas produções.

A necessária alteração da natureza se constitui como argumento ideológico utilizado pelo sistema capitalista, buscando legitimar a intensa e acelerada apropriação da natureza pelos detentores dos meios de produção. Este fato é confirmado pelo discurso de progresso (Cassetti 1994), que é legitimado e imposto pela grande mídia⁵ e nos discursos políticos.

Para Chaveiro (2010, p. 70-71):

[...] a biodiversidade como constituinte total da vida, num rol de relações complexas, e verificar os sentidos que os diferentes sujeitos outorgam a ela. São esses sentidos que irradiam as pressões, as injunções, em muitos casos o extermínio de população, a tirania, o confinamento ou a fragmentação territorial das chamadas populações tradicionais.

A abordagem territorial da biodiversidade prisma pela inseparabilidade entre Bioma e Território, levando em consideração as significativas alterações do Cerrado nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Essa alteração se baseou nos processos biotecnológicos (Chaveiro 2010).

De acordo com Chaveiro (2010, p. 73-74):

[...] deve se conceber a identidade dos atores e suas intenções na maneira com que utilizam a diversidade biológica do Cerrado. É esse uso que vai causar níveis e padrões de impactos ambientais. Percebe-se, também que a importação de técnicas, informações e saberes produzidas pela ciência hegemônica nos países ricos, por sua vez, foi motivada e adotada pela política do Estado Nacional dos países pobres, como é o caso do estado brasileiro e de sua relação com o Cerrado que, subordinado aos ditames da economia internacional, tornou-se agente direto e indireto da consecução de um modelo de desenvolvimento incluyente do Cerrado e excludente de sua biodiversidade.

O Cerrado goiano à medida que participa de uma nova divisão regional do trabalho passa a ter uma nova função: integrar a economia goiana à economia internacional. Com a ação de atividades econômicas modernas transforma o Cerrado num importante território dentro da lógica da rentabilidade econômica. O Bioma é destruído, impactando em sua biodiversidade e também nos

⁵ Um exemplo é a reprodução do discurso nas grandes mídias que as agroindústrias são benéficas para o Brasil, pois o Produto Interno Bruto (PIB) se encontra entre os maiores do mundo por conta das exportações desses setores da economia (setores primário e secundário), chegando a US\$ 1,796 trilhões em 2016 (Banco Mundial, 2017). Para compreensão do discurso propagado pela mídia nacional, consultar *link*: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>.

Bruno Augusto de Souza

sujeitos que, conforme sua cultura desenvolvem usos das espécies do Cerrado para a reprodução de seu cotidiano. Sendo assim, esses sujeitos veem alteradas suas substâncias simbólicas na mesma proporção que os ambientes que a permitiam reproduzir (Chaveiro 2010).

CONCLUSÕES

Com a tecnificação no campo brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século XX, fez com que ocorressem alterações econômicas e na estrutura de propriedades rurais com impacto nas cidades brasileiras.

O campo brasileiro/goiano tende a expulsar seus moradores tradicionais. Muito em vista de um volume grande de dinheiro necessário para grandes investimentos em tecnologia, e da formação de monopólios, fazem com que se excluam os pequenos produtores, tornando cada vez mais uma realidade viável somente para os grandes produtores rurais.

Nessa perspectiva, há a destruição, não só dos ambientes naturais, mas também das formas de vivência das populações tradicionais, impactando drasticamente em diversas áreas, e no Cerrado há o exemplo disso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Capes por financiar este trabalho que faz parte do projeto “Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado”.

REFERÊNCIAS

Banco Mundial [homepage on the internet]. Dados gerais do Brasil [cited 2017 Jul]. Available from: <http://data.worldbank.org/country/BR?locale=pt>.

Cassetti V 1994. O relevo no contexto ideológico da natureza: uma nota. *Boletim Goiano de Geografia* 14:103-115.

Cavalcanti L de S 2006. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In L de S Cavalcanti (org.), *Formação de professores: concepções e práticas em Geografia*, Editora Vieira, Goiânia, p. 27-49.

Chaveiro EF 2010. Cerrado e território: conflitos socioespaciais na apropriação da Biodiversidade – os povos indígenas Karajás, Aruanã-Go. *Ateliê Geográfico (UFG)* 4:64-83.

Bruno Augusto de Souza

Chaveiro EF 2013. Os desafios teóricos da Geografia brasileira: rumos e desdobramentos. *Revista Faz Ciência* 15:13-33.

G1 – O portal de notícias da Globo [homepage on the internet]. Agro: a indústria-riqueza do Brasil [cited 2017 Jul]. Available from: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>.

Graziano da Silva J 1998. Complexos agroindustriais e outros complexos. In J Graziano da Silva, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Ed. II, UNICAMP IE, Campinas, p. 61-104.

Haesbaert R 2010. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 208 pp.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [homepage on the internet]. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA [cited 2017 Jul]. Available from: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>.

Kosik K 1976. *Dialética do concreto* Ed. II, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 250 pp.

Lefebvre H 1983. *Lógica formal/lógica dialética* Ed. III, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Mazzali L 2000. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”*, Editora UNESP, São Paulo.

de Oliveira AF, Chaveiro EF, de Oliveira UF 2009. Transformação em Goiás: capitalismo, modernização e novas disposições socioespaciais. *Caminhos de Geografia (UFU)* 10 (32):227-234.

Pires MJ de S, Ramos P 2009. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste* 40 (03):411-424.

Raffestin C 1993. *Por uma Geografia do poder*, Ática, São Paulo, 269 pp.

Santos M 2009. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* Ed. IV, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sorj B 2008. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro.

de Souza MJL 2000. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In IE de Castro, PC da C Gomes, RL Corrêa (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*, Ed. II, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 77-116.

de Souza MJL 2013. Território e (des)territorialização. In MJL de Souza, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 77-110.

Theoretical reflections on agroindustry as a modernizing/excluding agent in the destruction of the sociobiodiversity of the Cerrado in Goiás

ABSTRACT

This work addresses the issues related to the drastic alteration of the Cerrado of Goiás by agroindustry in the second half of the 20th century, especially in the 1960s. In this alteration, the destruction of not only natural environments but also the socio-cultural aspects of traditional populations occurred. The new stage in agricultural production, together with industry, reformulated the insertion of agriculture in the pattern of accumulation, through a process of modernization with emphasis on diversification and increase of production according to industrial "standards" and the necessary increase of primary exports and agroindustrial. As it is in the initial phase of development, we use bibliographical revision to compose this work. The method used was the dialectic to counter the positive discourse covered in the great media with the reality territorialized in the rural areas of Goiás, with reflection in the urban areas. For this work we use the categories space and territory as main.

Keywords: Sociobiodiversity; Cerrado in Goiás; Modernization.